CONTRATO Nº 059/2025

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de tintas, ferros, metalon e outros materiais da construção civil, para atender necessidades dos Órgãos da Administração Municipal da Prefeitura Municipal de Amarante/PI/PMA/PI.

ABRIL/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 059/2025/PMA/PI

Pregão Eletrônico SRP Nº 014/2025 - PMA/PI

Processo Administrativo Nº. 02.1564/2025 - PMA/PI.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA AQUISIÇÃO DE TINTAS, FERRO, METALON E OUTROS MATERIAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA ATENDER NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE – PMA/PI E A EMPRESA: **HERISVALDO NUNES DA COSTA – ME.**

O MUNICIPIO DE AMARANTE/PI, inscrita no CNPJ sob o nº 06.554.802/0001-20, com endereço na Praça Quincas Castro Nº 15, CEP: 64.400.0000 - Bairro: Centro – Amarante/PI, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal o Senhor: Adriano da Guia da Silva, inscrito no, brasileiro, casado, com endereço profissional na Praça Quincas Castro Nº 15, CEP: 64.400.0000 - Bairro: Centro, Amarante/PI, doravante designada, doravante designada CONTRATANTE e, do outro lado a empresa: **HERISVALDO NUNES DA COSTA – ME**, sediada na Rua Conego Carino, nº 1883, bairro: São Vicente/Regeneração/PI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.053.066/0001-26, IE: 19.459.848-9, Telefone: (86) 99830-2629 , E-mail: REVENDASBARATAO@OUTLOOK.COM, simplesmente neste termo denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo senhor: Herisvaldo Nunes da Costa, CPF nº 535.558.643 - 00, tendo em vista o que consta no processo nº 02.1564/2025/PMA/PI, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e das demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 014/2025- PMA/PI, mediante as cláusulas e condições a seguir:

A Empresa: **HERISVALDO NUNES DA COSTA – ME,** com sede no endereço supra, por seu titular (ou representante) no fim assinado, compromete-se:

Pelo instrumento particular individual mantido entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE/PI e a empresa acima definida e qualificada, por seus respectivos representantes legais, infra timbrados, ajustam e contratam o integral cumprimento das cláusulas e condições descritas neste instrumento individual que integra todas as disposições da Ata de Registro de

Preços referente ao Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de tintas, ferros, metalon e outros materiais da construção civil, para atender necessidades dos Órgãos da Administração Municipal da Prefeitura Municipal de Amarante/PI/PMA/PI.

Este Termo de Contrato Administrativo encontra-se vinculado ao Processo Administrativo nº. 02.1564/2025 **– PMA/PI.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:

1.1. Este contrato individual encontra-se vinculado às determinações da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a todas as determinações contidas no Instrumento exordial, como lei interna da licitação, realizada sob a modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 014/2025/PMA/PI, Processo Administrativo nº 02.1564/2025, examinado conforme preceitua NLLC observando precipuamente às cláusulas descritas na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. A empresa detentora do preço registrado se compromete expressamente a prestar o fornecimento parcelado dos bens: Registro de Preços para o objeto: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de tintas, ferros, metalon e outros materiais da construção civil, para atender necessidades dos Órgãos da Administração Municipal da Prefeitura Municipal de Amarante/PI/PMA/PI, consignado em Ata de Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição pela Prefeitura Municipal de Amarante/PI e seus órgãos de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes no Termo de Referência, com o objetivo de atender as necessidades dos órgãos da Administração Municipal da Prefeitura Municipal de Amarante/PMA/PI, o qual será prestado nas condições e forma previstas no Edital e respectivo Extrato Parcial Nº 014/2025, publicado no DIÁRIO DAS PREFEITURAS Nº 957 de 15/04/2025, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 014/2025/PMA/PI, PA nº 02.1564/2025/PMA/PI, cujo teor encontra-se recepcionado por este instrumento como se nele transcrito.

2.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1. O Termo de Referência;

2.3.2. O Edital da Licitação;

2.3.3. A Proposta do contratado;

2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.4. Discriminação do objeto.

TINTAS, FERRO, METALON E OUTROS MATERIAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL					
LOTE I – TINTAS, FERRO, METALON E OUTROS MATERIAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL					
ITEM	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**UND.**	**QUANT.**	**VALOR UNT**	**VALOR TOTAL**
01	LONA AMARELA 1X4: MARCA: Lona Plástica	METRO	500	5,36	2.680,00
02	LONA PRETA1X4: MARCA: Agroplastic	METRO	500	4,74	2.370,00
03	LUVA DE COURO MÉDIA: MARCA: GABI	UND.	150	4,87	730,50
04	LUVA DE PANO PIGMENTADA: MARCA: VONDER	UND.	300	2,37	711,00
05	LUVA LATEX G: MARCA: Volk do Brasil	UND.	300	2,64	792,00
06	LUVA MALHA BANHADA TRICOLOR T9-G: MARCA: PROTEPLUS	UND.	150	9,65	1.447,50
07	LUVA MALHA BORRACHA 26cm FORJADA: MARCA: PLASTCOR	UND.	150	10,31	1.546,50
08	LUVA MALHA BORRACHA VULCANIZADA: MARCA: Volk do Brasil	UND.	150	17,22	2.583,00
09	LUVA MALHA LISA 4 FIOS: MARCA: VONDER	UND.	150	4,05	607,50
10	MADEIRITE 2,20 X 1,20 X 10 MM: MARCA: Pinus Guarani	UND.	150	56,96	8.544,00
11	MASSA ACRÍLICA EXTERIOR 18 L: MARCA: SUVINIL	UND.	150	138,99	20.848,50
12	MASSA ACRÍLICA PVA 18L: MARCA: Spartex Tintas	UND.	150	74,00	11.100,00
13	MASSA CORRIDA EXTERNA 18L: MARCA: SUVINIL	UND.	150	111,10	16.665,00
14	MASSA CORRIDA INTERNA 18L: MARCA: VERBRAS	UND.	250	50,73	12.682,50
15	METALON 20X20MM 6m: MARCA: FERRO NORTE	UND.	300	45,79	13.737,00
16	METALON 30X50MM 6m: MARCA: FERRO NORTE	UND.	100	105,05	10.505,00
17	MDF 2,40 X 1,60 X 15 MM: MARCA: MASSISA	UND.	50	297,50	14.875,00
18	MEIO FIO EM CONCRETO 70X35X12cm: MARCA: PRÓPRIA	UND.	500	27,30	13.650,00

TINTAS, FERRO, METALON E OUTROS MATERIAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL					
LOTE I – TINTAS, FERRO, METALON E OUTROS MATERIAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL					
ITEM	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**UND.**	**QUANT.**	**VALOR UNT**	**VALOR TOTAL**
19	METALON 30x20 6m: MARCA: FERRO NORTE	UND.	100	54,70	5.470,00
20	METALON 30X30 6m: MARCA: FERRO NORTE	UND.	100	73,61	7.361,00
21	OCULOS ECOLINE CINZA CA 36032: MARCA: SUMMER	UND.	150	2,34	351,00
22	PÁ DE BICO: MARCA: TRAMONTINA	UND.	100	47,20	4.720,00
23	PARAFUSO 35cm x 14mm P/ PORTE: MARCA: RENNA	UND.	500	18,73	9.365,00
24	PARAFUSO AÇO 08cm x 18mm: MARCA: JOMARCA	UND.	100	20,57	2.057,00
25	PARAFUSO AÇO 10cm x 18mm: MARCA: JOMARCA	UND.	100	19,81	1.981,00
26	PARAFUSO AÇO 10cm x 22mm: MARCA: VONDER	UND.	100	23,19	2.319,00
27	PARAFUSO AÇO 12cm x 22mm: MARCA: DISCPAR	UND.	100	21,99	2.199,00
28	PARAFUSO AÇO 14cm x 24mm: MARCA: JOMARCA	UND.	100	19,70	1.970,00
29	PARAFUSO COM FENDA 5X3.5 mm: MARCA: JOMARCA	UND.	2.500	0,67	1.675,00
30	PARAFUSO FRANCÊS 3/8X12": MARCA: JOMARCA	UND.	250	2,79	697,50
31	PARAFUSO FRANCÊS 3/8x3: MARCA: JOMARCA	UND.	250	1,56	390,00
32	PARAFUSO FRANCÊS 3/8x5: MARCA: JOMARCA	UND.	250	2,70	675,00
33	PARAFUSO FRANCÊS 3/8x7: MARCA: JOMARCA	UND.	250	5,25	1.312,50
34	PARAFUSO FRANCÊS 3/8x8: MARCA: JOMARCA	UND.	250	2,23	557,50
35	PARAFUSO FRANCÊS 3/8x9: MARCA: JOMARCA	UND.	250	6,15	1.537,50
36	PEDRA CASTELO AMARELA: MARCA: PRÓPRIA	UND.	500	25,84	12.920,00
37	PEDRA CASTELO PRETA: MARCA: PRÓPRIA	UND.	500	26,45	13.225,00
38	PERFIL 3 SIMPLES NA 1/8: MARCA: FERRO NORTE	UND.	75	235,14	17.635,50
39	PERFIL 4 SIMPLES NA 1/8: MARCA: FERRO NORTE	UND.	75	289,20	21.690,00
40	PINCEL PÊLO 2": MARCA: TIGRE	UND.	50	7,15	357,50

TINTAS, FERRO, METALON E OUTROS MATERIAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL					
LOTE I – TINTAS, FERRO, METALON E OUTROS MATERIAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL					
ITEM	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**UND.**	**QUANT.**	**VALOR UNT**	**VALOR TOTAL**
41	PINCEL PÊLO 1.1/2": MARCA: TIGRE	UND.	50	5,96	298,00
42	PORTA CADEADO 4X1/2: MARCA: SILVANA	UND.	25	4,69	117,25
43	PORTA DE COMPENSADO 210X80cm: MARCA: CLM	UND.	100	161,65	16.165,00
44	PORTA DE COMPENSADO 210X60cm: MARCA: CLM	UND.	50	124,13	6.206,50
45	PORTA DE COMPENSADO 210X70cm: MARCA: CLM	UND.	50	149,92	7.496,00
46	PORTA DE FERRO 210X60: MARCA: Vitral Ferro	UND.	25	246,20	6.155,00
47	PORTA DE FERRO 210x70 cm: MARCA: Vitral Ferro	UND.	50	278,43	13.921,50
48	PORTA DE FERRO 210X80: MARCA: Vitral Ferro	UND.	100	291,33	29.133,00
49	PORTA DE MADEIRA SIMPLES 210X80cm: MARCA: EUCATEX	UND.	100	389,10	38.910,00
50	PORTA DE MADEIRA SIMPLES 210X60cm: MARCA: MGM	UND.	50	229,91	11.495,50
51	PORTA MADEIRA ALMOFADA 210X80cm: MARCA: RIO JORDÃO	UND.	50	444,85	22.242,50
52	PORTA ZINCO 2,10X80: MARCA: RAMASSOL	UND.	50	451,78	22.589,00
53	PREGO 15/15: MARCA: GERDAU	KG	50	25,38	1.269,00
54	PREGO 2.5/10: MARCA: GERDAU	KG	50	21,39	1.069,50
55	PREGO 3/8: MARCA: GERDAU	KG	50	23,51	1.175,50
56	PREGO 5/5: MARCA: GERDAU	KG	50	21,27	1.063,50
57	PREGO TELHEIRO: MARCA: CLEIBER	KG	50	14,56	728,00
58	REJUNTE PARA PISO: MARCA: VOTORANTIM	UND.	250	5,33	1.332,50
59	ROLO DE ESPUMA 9cm: MARCA: COMPEL	UND.	100	5,69	569,00

TINTAS, FERRO, METALON E OUTROS MATERIAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL					
LOTE I – TINTAS, FERRO, METALON E OUTROS MATERIAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL					
ITEM	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**UND.**	**QUANT.**	**VALOR UNT**	**VALOR TOTAL**
60	ROLO DE ESPUMA 5cm: MARCA: COMPEL	UND.	100	4,48	448,00
61	ROLO DE ESPUMA 15cm: MARCA: COMPEL	UND.	100	7,43	743,00
62	ROLO DE LÃ 23 cm C/ SUPORTE: MARCA: ROMA	UND.	100	20,43	2.043,00
63	SERRA LAMINADA BIMETAL: MARCA: Starrett	UND.	100	10,57	1.057,00
64	SOLVENTE 1L: MARCA: RESICOLOR	UND.	100	15,72	1.572,00
65	SOLVENTE TINNER 0,9ml: MARCA: THINSOL	UND.	100	13,38	1.338,00
66	TAMPA P/ ANEL PREMOLDADO: MARCA: PRÓPRIA	UND.	25	44,59	1.114,75
67	TELHA 2 ONDAS PLASTICA 60X40 cm: MARCA: Granplast	UND.	125	13,94	1.742,50
68	TELHA AMIANTO 2.44x50m: MARCA: CRFS	UND.	300	24,67	7.401,00
69	TELHA CANAL: MARCA: MAFRENSE	MILHEIRO	150	1.189,05	178.357,50
70	TELHA COLONIAL: MARCA: MAFRENSE	MILHEIRO	150	1.248,83	187.324,50
71	TEXTURA (CORES DIVERSAS) INT/EXT 18L: MARCA: VERBRAS	UND.	250	198,80	49.700,00
72	TINTA ACRÍLICA FOSCA PVA 18L: MARCA: Peg&Pinte	UND.	250	202,18	50.545,00
73	TINTA ACRÍLICA TEXTURA 18 L: MARCA: CORAL	UND.	250	271,40	67.850,00
74	TINTA EM PÓ 5KG: MARCA: HIDRACOR	UND.	2.500	8,32	20.800,00
75	TINTA ESMALTE SINTÉTICO GALÃO 3,6ml: MARCA: HIDRACOR	UND.	300	82,44	24.732,00
76	TINTA LÁTEX ACRÍLICA 18L: MARCA: PINTALAR	UND.	250	187,73	46.932,50
77	TINTA LATEX EXTERNA 18L PREMIUM: MARCA: Peg&Pinte	UND.	250	263,04	65.760,00
78	TINTA LATEX INTERNA 18L PREMIUM: MARCA: Peg&Pinte	UND.	250	263,04	65.760,00

TINTAS, FERRO, METALON E OUTROS MATERIAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL					
LOTE I – TINTAS, FERRO, METALON E OUTROS MATERIAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL					
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND.	QUANT.	VALOR UNT	VALOR TOTAL
79	TINTA LÁTEX LATA 18L: MARCA: EUCALAR	UND.	250	124,46	31.115,00
80	TINTA PISO PAREDE 18L: MARCA: EUCATEX	UND.	250	241,27	60.317,50
81	TINTA SPRAY 350 ml: MARCA: LUX	UND.	250	15,69	3.922,50
82	TINTA VERTEX PVA 18L: MARCA: VERBRAS	UND.	250	124,04	31.010,00
83	TRELIÇA FN 06x3.80 6m: MARCA: FERRO NORTE	UND.	250	60,48	15.120,00
84	TRELIÇA FN 10x3.80 6m: MARCA: FERRO NORTE	UND.	250	64,77	16.192,50
85	TRELIÇA FN 12x3.80 6m: MARCA: FERRO NORTE	UND.	250	62,87	15.717,50
86	TRELICA FN8 5,00X3.80 6m: MARCA: FERRO NORTE	UND.	250	57,47	14.367,50
87	VASSOURA NYLON: MARCA: J.A VASSOURAS e COM	UND.	150	10,89	1.633,50
88	VASSOURÃO GARI: MARCA: Brubalar	UND.	150	29,51	4.426,50
89	VEDA CALHA TUBO: MARCA: BRASCO	UND.	25	18,41	460,25
90	VEDALIT 1 LT: MARCA: VEDACIT	UND.	60	16,65	999,00
91	VERGALHÃO 1/4 12m: MARCA: FERRO NORTE	UND.	300	37,13	11.139,00
92	VERGALHÃO 3/8 12m: MARCA: FERRO NORTE	UND.	300	58,66	17.598,00
93	VERGALHÃO 5/16 12m: MARCA: FERRO NORTE	UND.	300	50,75	15.225,00
94	VERGALHAO CA50 12.5MM RETO NERV 12m: MARCA: FERRO NORTE	UND.	300	104,68	31.404,00
95	VERGALHÃO VCA 50 8mm 12m: MARCA: FERRO NORTE	UND.	300	63,27	18.981,00
96	VERNIZ 1L: MARCA: EUCATEX	UND.	50	28,85	1.442,50
97	VERNIZ GALÃO 3.6ml: MARCA: NOVA	UND.	30	76,75	2.302,50
98	WHITE LUB 300 ml: MARCA: ORBI	UND.	150	5,30	795,00
99	ZINCO 0,60 cm: MARCA: FERRO NORTE	METRO	200	46,85	9.370,00

TINTAS, FERRO, METALON E OUTROS MATERIAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL					
LOTE I – TINTAS, FERRO, METALON E OUTROS MATERIAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL					
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND.	QUANT.	VALOR UNT	VALOR TOTAL
100	ZINCO 0,80 m:MARCA: MARCA: FERRO NORTE	METRO	200	55,48	11.096,00
101	ZINCO 1,00 m: MARCA: FERRO NORTE	METRO	200	61,91	12.382,00
102	ZINCO 1,20 m: MARCA: FERRO NORTE	METRO	200	79,53	15.906,00
103	CABO PARA ENCHADA: MARCA: Collins	UND.	50	21,53	1.076,50
104	CABO PARA CHIBANCA: MARCA: Collins	UND.	50	22,61	1.130,50
VALOR GLOBAL CONTRATADO:					**1.548.827,75**

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação, na forma do *artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021*. ***Vigência: 15/04/2025 a 15/04/2026***

3.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII):

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4.2. A Execução do presente Contrato será fiscalizada (Fiscal do Contrato) pelo Senhor: Leonardo Cândido Lira, CPF nº 022.044.583 - 41, conforme Portaria Nº 0201/2025 de 15 de abril de 2025. Gestor do Contrato: Secretário Municipal de Administração: Dacio José de Sousa Martins

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO:

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO:

6.1. A CONTRATADA executará o objeto deste contrato, nos moldes e condições de sua proposta e negociação processada em Sessão Pública, ficando para tanto ajustado o valor global de R$ 1.548.827,75 (Um milhão Quinhentos e Quarenta e Oito Mi Oitocentos e Vinte e Sete Reais e Setenta e Cinco Centavos).

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI):

7.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022:

7.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária aplicado pelo IPCA.

7.3. FORMA DE PAGAMENTO:

7.1.1. Requerimento de pagamento contendo no mínimo a qualificação do credor (dados básicos, data e assinatura do representante legal), o valor requerido e a competência a que se refere;

7.1.2. Nota de Empenho (cópia);

7.3. Nota Fiscal, atestada pelo fiscal do contrato;

7.4. Comprovantes da entrega do bem/material/produto;

7.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.6. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.;

7.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.;

7.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.9. O requerimento de pagamento deverá ser protocolado na Sede da Prefeitura Municipal de Amarante/PI das 07h30minh às 13h30min:00h;

7.10. Caso seja detectado algum problema na documentação entregue anexa à Nota Fiscal, será concedido, pela CONTRATANTE, prazo para regularização. Após o decurso deste, em permanecendo a inércia da CONTRATADA, o contrato será rescindido com aplicação de multa prevista em capítulo próprio.

7.11. Eventual atraso ocorrido na apresentação do requerimento corretamente instruído por parte da CONTRATADA importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação de pagamento da CONTRATANTE;

7.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

7.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, incidirão correção monetária e juros moratórios. Fica convencionado que a correção monetária e os encargos moratórios devidos pela Prefeitura Municipal de Amarante/PI entre a data acima referida e a do efetivo pagamento da Nota Fiscal/Fatura, sejam calculadas por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

I = Índice de compensação financeiro, assim apurado: $I = (TX)$ $\frac{100}{365}$

TX = Percentual da taxa anual do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do IBGE;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

7.14. Não será autorizado pagamento sem que o fiscal do contrato ateste o recebimento dos bens descritos na nota fiscal apresentada.

.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE (art. 92, V):

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em: 06/03/2025.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1. São obrigações do Contratante:

9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADO:

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Os bens comuns deverão ser entregues, em prefeitas condições de uso, com todos os padrões de fabricação, dentro do prazo de validade, devidamente certificados pelos Órgãos competente, atendendo toda a legislação vigente, conforme Ordem de Fornecimento, emitida pelo setor competente do Órgão solicitante.

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre

10.23. Executar a entrega parcelada, na sede do município, no endereço indicado na Ordem de Compra, com certificação dos Órgãos competentes, comercialização, transporte dos bens/materiais/produtos em total conformidade com a legislação pertinente ao objeto licitado.

10.24. A Contratada é obrigada a manter atualizado o Alvará de Funcionamento, Alvará da Vigilância Sanitária e outras licenças que determina a legislação, que poderá a qualquer momento ser solicitada pela administração.

10.25. Efetuar a entrega dos bens comuns com os índices de qualidade, em perfeitas condições de uso, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações de marca, fabricante e outras informações pertinentes ao objeto licitado.

10.26. Entregar os bens comuns na sede do município de Amarante, no local indicado na Ordem de Compra, sem nenhum custo para a Administração/PMA/PI.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII):

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV):

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

i. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 13.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 13.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 13.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 13.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 13.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX):

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA COMO SUPORTE DA DESPESA E DOS ESTÁGIOS DA LEI Nº 4.320/64:

14.1. O crédito pelo qual correrá a despesa origina-se: Fontes de Recursos: FPM, ICMS, FMS, FME, FUNDEB 30%, FMAS. Elemento de Despesa: 33.90.30 – Dotação Orçamentária: 04.122.0002.2009.0000; 12.361.0004.2028.0000; 15.122.0002.2046.0000; 12.365.0004.2030.0000; 10.301.0005.2033.0000; 10.301.0005.2034.0000; 08.245.0009.2063.0000. Fonte: 500; 600; 661;660; 540; 541; 542; 543.

14.2. Os pagamentos serão efetuados obedecendo rigorosamente os estágios indicados no art. 63 da Lei nº 4.320/64.

14.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS: (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES:

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO:

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO:

18.1. O objeto deste contrato deverá ser entregue nos termos especificados no termo de referência o qual passa a integrar este contrato como nele transcrito, em até 05 (cinco) dias do recebimento da Ordem de Fornecimento – OF/OC e respectiva Nota de Empenho – NE, diretamente no

Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Amarante/PMA/PI ou no local indicado na Ordem de Compra, conforme Ordem de Compra, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transportes, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento dos bens. As incorreções serão indicadas pela equipe ou pessoa designada para recebimento e fiscalização por vícios aparentes ou confirmados depois do objeto ser submetido a verificação da conformidade com o exigido neste Termo de Referência

18.2. Os bens comuns deverão ser entregues, em prefeitas condições de uso, com todos os padrões de fabricação, dentro do prazo de validade, certificação pelos Órgãos competente atendendo toda a legislação vigente, conforme Ordem de Fornecimento, emitida pelo setor competente do Órgão solicitante.

18.3. Quando rejeitado o objeto, no todo ou em parte, a contratada deverá substituí-los imediatamente, observando todas as condições e exigências inicialmente estabelecidas.

18.4. Caso seja impossível a substituição de itens rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados conforme definido neste edital, a contratada responderá por todas as despesas advindas da situação concreta apresentada, sem prejuízo para a contratante de aplicação das sanções neste instrumento previstas.

18.5. Por ocasião da entrega dos bens, a Contratada deverá descrever no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) ou outro documento de identificação oficial dos servidores do Contratante responsável pelo recebimento.

18.6. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo, firmado pelo servidor responsável ou equipe designada para gerenciamento do referido contrato pela administração.

18.7. Os bens comuns deverão ser entregues parceladamente na sede do município no endereço indicado na ordem de fornecimento, conforme cada Ordem de Compra**,** acompanhadas e inspecionadas pelo responsável (Fiscal/Gestor do Contrato).

18.8. As aquisições deverão ser entregues, conforme ordem de fornecimento, sem nenhum custo para administração.

18.9. A entrega dos bens será recebida conferida, atestado pelo Fiscal do Contrato e Gestor do Contrato e em conformidade a da ordem de compra, na forma que determina a legislação, seguindo todas as normas de segurança e padrões de qualidade.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SUSTENTABILIDADE:

19.1. A contratada deverá observar, no que couber, os seguintes critérios de sustentabilidade:

19.1.1. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
19.1.2. Seguir o Guia de Nacional de Contratações Sustentáveis, disponível em https://www.gov.br/agu/pt br/comunicacao/noticias/AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio.pdf, no que couber.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

20.1. Não haverá tratamento específico de dados pessoais para esta contratação.

20.2. Na execução do objeto, devem ser observados os ditames da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) - LGPD, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

20.3. A contratada obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Resolução/ CNJ 363/2021 e da Lei 12.527/2011.

20.4. Obriga-se também a comunicar à Administração, em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

20.5. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os princípios e as hipóteses previstas nos arts. 6º, 7º e 11 da Lei 13.709/2018 (LGPD), limitando-se ao estritamente necessário à consecução do objeto, na forma deste instrumento e seus anexos.

20.6. É vedado, na execução do ajuste, revelar, copiar, transmitir, reproduzir, transportar ou utilizar dados pessoais ou informações sigilosas a que tiver acesso prepostos, empregados ou colaboradores direta ou indiretamente envolvidos na realização de serviços, produção ou fornecimento de bens. Para tanto, devem ser observados as medidas e os procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da Lei 13.709/2018 (LGPD) e do parágrafo único do art. 26 da Lei 12.527/2011.

20.7. Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.527/2011.

20.8. Extinto o ajuste ou alcançado o objeto que encerre tratamento de dados, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato
físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

CLÁUSULA DÉCIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO:

21.1. Para qualquer ação decorrente deste Termo de Contrato, elegem as partes contratantes, de comum acordo, o foro da cidade de Amarante/PI, que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

21.2. E por estarem assim justos e contratados, assinam este contrato individual em 03 (três) vias de igual teor, perante as testemunhas abaixo, para dar um só efeito, que depois de lido e achado conforme vai assinado pelas partes contratantes, para que produzam seus efeitos legais, comprometendo-se as partes contratantes a cumprir o presente Contrato em todas as suas cláusulas.

Amarante (PI), em 15 de abril de 2025.

ADRIANO DA GUIA DA SILVA:79577350372
Assinado de forma digital por ADRIANO DA GUIA DA SILVA:79577350372
Dados: 2025.04.15 10:59:12 -03'00'

Adriano da Guia da Silva
Prefeito Municipal/PMA/PI
CONTRATANTE

HERISVALDO NUNES DA COSTA:06053066000126
Assinado de forma digital por HERISVALDO NUNES DA COSTA:06053066000126
Dados: 2025.04.15 10:38:14 -03'00'

HERISVALDO NUNES DA COSTA – ME
CNPJ: 06.053.066/0001-26
Representante Legal: Herisvaldo Nunes da Costa
CPF: 535.558.643 - 00
CONTRATADA

Testemunhas:

_____
RG/CPF:

_____
RG/CPF: